

No que se refere à comercialização da produção, a cana é vendida à usina, que cobra do fornecedor o frete do produto, ao passo que a maior parte dos demais produtos é vendida ao atravessador da CEASA, no próprio estabelecimento agrícola e nas feiras próximas. Num como noutro caso, os principais problemas da comercialização são a falta de transporte para deslocamento da produção até o mercado e o baixo preço dos produtos imposto pelo atravessador.

Aos problemas acima mencionados, acrescem-se: a) a falta de água para irrigação; b) a baixa fertilidade do solo; c) a falta de recursos para os produtores investirem na produção e na comercialização; d) fraca organização dos produtores; e) adensamento da população residente nas parcelas, resultando em sobreutilização agrícola do solo; f) falta de equipamentos básicos (posto médico, posto telefônico, ambulância, escola de 1º grau maior) na comunidade que, à época da pesquisa (julho/1999), possuía trezentas pessoas. Como tendências da área, destacam-se: a) a de redução da cana-de-açúcar e de aumento das demais culturas; b) a de migração da força de trabalho jovem.

3.2.4 - COCO-DA-BAÍA

Atividade tradicional dos terrenos arenosos da faixa costeira do Estado, a cultura do coqueiro tem sido a atividade mais afetada pela expansão urbana e urbano-industrial no Litoral Norte. A urbanização iniciada na década de setenta e intensificada nas décadas subseqüentes estimulou o loteamento das fazendas e sítios de coco já, em parte, reduzidos em suas dimensões como resultado do processo de divisão dos imóveis por herança.

Em conseqüência dessa dinâmica, a área atual de predominância da cultura do coqueiro no segmento litorâneo em estudo corresponde a 2,8% da superfície desse segmento (tabela 16) e apresenta-se descontínua, constituindo manchas esparsas localizadas na porção centro-oriental dos municípios de Goiana e Itapissuma, na porção oriental do município de Igarassu e nos setores sul e norte-ocidental do município de Itamaracá (mapa 02). Expulso dos terraços marinhos que bordejam as praias, em conseqüência da valorização imobiliária dos terrenos, ali, situados, o coqueiro ocupa, atualmente, trechos de terraços fluviais, algumas encostas e topos de tabuleiros da Formação Barreiras ou de relevos modelados em sedimentos das formações Gramame e Beberibe, no momento, pouco atrativos para outras formas de uso do solo (fotos 27 e 28).



FOTO 27 – Coqueiral sem trato, ocupando encosta de tabuleiro, em Carrapicho (Goiana).



FOTO 28 – Expansão urbana em área, antes, pertencente a Fazenda de coco (Praia de Carne de Vaca, Goiana)

Embora os municípios de Goiana, Igarassu, Itapissuma e Itamaracá, juntos, detenham 99,6% da área total ocupada com a cultura do coqueiro no Litoral Norte, a participação dessa área na superfície daqueles municípios, não passa de 2,5%, 3,8%, 10,8% e 9,8%, respectivamente (tabelas 16 e 17). Fora das áreas acima indicadas, a cultura do coqueiro acha-se pulverizada em granjas e sítios onde se mistura a outras culturas e, em geral, carece de expressão econômica.

As maiores fazendas de coco do Litoral Norte (com 300 a 500 ha plantados com coqueiro) localizam-se no entorno da cidade de Itapissuma (Fazenda Mulata e Fazenda da Cobra), entre Carrapicho e São Lourenço (no município de Goiana) e no município de Igarassu (Fazendas Santa Rita e Ramalho) (foto 29). Nas fazendas e sítios, predomina o *coqueiro gigante ou da praia*, ao passo que, nas granjas, a variedade mais cultivada é o *coqueiro anão*. Enquanto as fazendas de coco cultivam o coqueiro isolado ou em consórcio com pecuária bovina, os sítios cultivam-no consorciado com outras fruteiras (manga, caju, acerola, banana, abacate) e com lavoura de ciclo curto (macaxeira, inhame, batata-doce etc).

Realizado em moldes tradicionais, tanto nas grandes como nas pequenas unidades de produção, o cultivo do coqueiro na área raramente é realizado com a utilização de técnicas e insumos modernos (irrigação, sementes e mudas selecionadas, espaçamento correto, adubação, limpas periódicas e mecanizadas, aplicação de defensivos, polinização facilitada e renovação dos coqueirais). Poucos produtores adquirem mudas da planta na Estação Experimental de Itapirema ou irrigam o coqueiral, incluindo-se, entre os que cultivam coco irrigado, a Fazenda Mulata, no município de Itapissuma.

A ausência de tais práticas tem resultado, por sua vez, na baixíssima produtividade da cultura cuja média atual é de 4 a 5 frutos por coqueiro, a cada colheita ou cerca de 2000 frutos/ha/ano (contra 10 000 frutos/ha/ano em cultura irrigada). Dentre as doenças que atacam o coqueiro, sobressai a *lixa - micose* que, nos últimos cinco anos, atingiu grande parte dos coqueirais litorâneos, motivando uma queda acentuada da produção. A esses fatores, acrescem-se a falta de apoio técnico e de incentivo financeiro à atividade bem como de medidas capazes de viabilizarem a capitalização do setor, tornando-o competitivo.



FOTO 29 – Coqueiral da Fazenda Ramalho (Nova Cruz, Igarassu).

A mão-de-obra utilizada na manutenção e na colheita do coqueiral varia com o tamanho da propriedade e, portanto, com a extensão da área cultivada (Vasconcelos, 2000, p. 72), sendo constituída por trabalhadores assalariados, no caso das fazendas e pela força de trabalho da família, nos sítios menores. A colheita é realizada a cada dois meses, para o coco verde e a cada três ou quatro meses, para o coco seco. Na realização dessa tarefa são utilizados, via de regra, trabalhadores especializados – tiradores, ajuntadores e descascadores – residentes nas vilas e povoados próximos aos coqueirais.

A preparação do coco seco para venda consiste na retirada da casca do fruto, da qual pode ser extraída a fibra utilizada como matéria-prima pelas fábricas de capacho e de estofados de carro, às quais os grandes produtores de coco em geral doam o resíduo da casca, em troca do pó que utilizam na adubação do coqueiral. Considerando que os custos de transporte da casca até a fábrica e de retorno do pó até a fazenda correm por conta do proprietário da fábrica, a distância entre a fazenda de coco e a unidade de beneficiamento, muitas vezes inviabiliza a utilização da casca pela indústria e o conseqüente reaproveitamento do pó pelo produtor de coco (idem, p. 76).

Os produtores da área vendem o coco verde ao atravessador que repassa o produto aos barraqueiros das praias. Alguns, dentre os de maior porte, vendem o produto diretamente para São Paulo. O coco seco (descascado) também é vendido ao atravessador que comercializa o produto na CEASA ou nas feiras e ao intermediário da indústria de leite de coco ou de polpa, que compra a matéria-prima aos grandes produtores. A presença do atravessador na comercialização do coco (verde ou seco) e, mais recentemente, a concorrência do produto importado, têm constituído as causas principais do rebaixamento do preço desse produto, tornando-se, portanto, fatores de desestímulo ao seu cultivo.

Mergulhada em profunda crise, a cultura do coqueiro tende a continuar sofrendo redução da área ocupada e do volume produzido. Com o loteamento das fazendas onde é cultivado, o coco vai, aos poucos, transformando-se em cultura de granja para, em futuro próximo, sofrer nova retração, com a urbanização (imminente) dessas áreas.

Dentre os problemas da atividade, no Litoral Norte, sobressaem: a) o caráter rudimentar das técnicas utilizadas no cultivo do coco e no beneficiamento de seu primeiro subproduto (a casca); b) a baixa fertilidade do solo das áreas onde predomina a cultura; c) a falta de água para irrigação dos coqueirais; d) a falta de apoio técnico e crédito à atividade; e) a incidência de pragas e doenças sem a adoção de medidas capazes de impedir a propagação das mesmas e de promover a recuperação dos coqueirais atingidos; f) o baixo preço do produto, agravado pela forte presença do atravessador na comercialização; g) a concorrência do produto importado, provocando retração da demanda do coco seco pela indústria; h) a inexistência de associação de produtores, a nível municipal e estadual.

3.2.5 GRANJAS, FAZENDAS E CHÁCARAS

Segundo padrão de uso e ocupação do solo, em extensão, do Litoral Norte, as granjas, fazendas e chácaras ocupam 9,3% da área e têm maior expressão nos municípios de Igarassu (22,5%) e Itamaracá (19,5%), seguidos de Paulista, Itapissuma e Abreu e Lima com, respectivamente, 9,3%, 8,4% e 7,4% da superfície municipal ocupada por esse padrão de uso do solo (tabela 16 e fotos 30 e 31). No que se refere à distribuição da área total de granjas, fazendas e chácaras pelos municípios do setor litorâneo em causa, cabe ressaltar a posição de Igarassu que detém 52,9% da mencionada área, seguido, de longe, pelos demais municípios (tabela 17).

No que tange à distribuição espacial, as granjas, fazendas e chácaras concentram-se nas porções oriental e centro-sul da área, circundando núcleos urbanos ou acompanhando eixos viários principais tais como a PE-018, PE-014, PE-049 e trechos da BR-101 Norte (mapa 02). Situam-se tanto em áreas de alta declividade como em topos planos e áreas de baixa declividade, ocupando terrenos de natureza calcária (Formação Gramame), arenítica (Formação Beberibe) e argilo-arenosa (Formação Barreiras).

As unidades integrantes do padrão de uso e ocupação do solo em apreço resultam, em sua maior parte, do parcelamento de fazendas e sítios produtores de coco ou de engenhos e medem 1 a 12 hectares (no caso das granjas), 0,1 a 1 hectare (nas chácaras) e 100 a 700 hectares (no caso das fazendas de gado). Pertencem, na maior parte, a empresários e profissionais liberais residentes em Recife.

As granjas e chácaras têm como função principal o *lazer de segunda residência* e, como atividade comum, o cultivo de fruteiras. Nas granjas, a atividade agrícola envolve o cultivo de coqueiro anão, laranja, mamão, banana, limão, abacate, acerola, caju, jaca, mangaba, sapoti, graviola, cana, macaxeira, milho verde, inhame, capim e, em menor escala, a produção de mudas de coco e outras fruteiras bem como de plantas ornamentais. Algumas praticam apicultura e piscicultura ou criam umas poucas cabeças de bovino.